

**Informativo MPE FIERN** | Informativo da Micro e Pequena Empresa - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

**COMPENM:** Presidente da FIERN e do COMPENM/CNI: **Amaro Sales de Araújo**. | Presidente da COMPENM/FIERN: **Heyder de Almeida Dantas**.

Para mais informações – Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Corporativo e Secretário Executivo das Comissões Temáticas da FIERN – (84) 3204-6220 - [ernanibandeira@fiern.org.br](mailto:ernanibandeira@fiern.org.br).

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2860 - Lagoa Nova - Natal/RN | CEP: 59075-900 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

## Agenda do Sistema FIERN

**04/05/17 – Natal/RN - PDA FIERN - Oficina “Atendimento às Indústrias na Prática”**  
Público alvo: Presidentes e executivos dos sindicatos e agentes de mercado do Sistema FIERN.  
Local: Espaço Cultural Candinha Bezerra.  
Horário: 9h às 15h.

## Compras Governamentais

**Editais Publicados. Links:**

[Governo do Estado do Rio Grande do Norte](#)

[Portal SEBRAE – Licitações abertas – RN e BR](#)

[Prefeitura de Caicó/RN](#)

[Prefeitura de Macaíba/RN](#)

[Prefeitura de Mossoró/RN](#)

[Prefeitura de Natal/RN](#)

[Prefeitura de Parnamirim/RN](#)

[Prefeitura de Pau dos Ferros/RN](#)

[Prefeitura de São Gonçalo do Amarante/RN](#)

[Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#)

## Interesse M P E

### Pequenas empresas do RN acumulam repasse de R\$ 49,8 milhões

As micro e pequenas empresas do Rio Grande do Norte repassaram em março R\$ 15,3 milhões em tributos para o estado e municípios potiguares. O montante é referente ao recolhimento do Imposto ICMS e do Imposto ISS. Com isso, o volume acumulado de tributos dos pequenos negócios potiguares atingiu o patamar de R\$ 49,8 milhões nos três primeiros meses do ano. Esse valor é levemente maior –1,3% - do que mesmo volume acumulado no primeiro trimestre do ano passado, quando o segmento recolheu para os cofres públicos mais de R\$ 49,1 milhões com os dois impostos. Os dados são da Receita Federal e revelam que a maior contribuição foi do ICMS, que, no acumulado do trimestre deste ano, somou R\$ 33,7 milhões, contra R\$ 16,1 milhões do ISS, que é repassado para os cofres dos municípios potiguares. Já os valores recolhidos de ICMS são destinados ao tesouro estadual. No ranking das cidades que mais receberam recursos provenientes do recolhimento de tributos das empresas de pequeno porte, em primeiro lugar aparece Natal, que, somente em março, recebeu repasses da ordem de R\$ 3,2 milhões. Já Mossoró teve a segunda maior arrecadação de impostos dos pequenos negócios no terceiro mês do ano. Foram repassados R\$ 544,2 mil. Parnamirim veio em seguida com uma arrecadação de R\$ 409,7 mil, depois Tibau do Sul, com R\$ 241,1 mil, e Caicó com R\$ 106,5 mil. São considerados negócios de pequeno porte as empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões e optantes do Simples Nacional, o regime diferenciado de arrecadação de tributos. Atualmente, o RN conta com 147.317 empresas inseridas nesse regime e parte delas – 91.736 - é referente aos Microempreendedores Individuais. Fonte: [Portal Agência Sebrae de Notícias](#).

### PL 07209/2017 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT), altera o inciso II do art. 71 da Lei nº 11.101, de 2005, para fins de disciplinar a taxa de juros a ser cobrada nos parcelamentos de dívidas de microempresas e empresas de pequeno porte durante a recuperação judicial

Esse Projeto de Lei apresentado na Câmara Federal determina que o plano especial de recuperação judicial da micro e pequena empresa conterà parcelamento em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de taxas de juros de 12% ao ano ou equivalente à taxa SELIC, prevalecendo a que for mais favorável, podendo conter proposta para abater o valor das dívidas. Fonte: Informe Legislativo 009/2017 CNI.

### Novo projeto prevê juros menores para micro e pequenas empresas

A proposta, em tramitação na Câmara, estabelece ainda a criação da Empresa Simples de Crédito, que poderá fazer empréstimo localmente aos empreendedores. Aumentar a oferta e reduzir o custo do crédito para os pequenos negócios. Esse será um dos principais objetivos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 341/2017, apresentado pela Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas. O texto aguarda a liberação da presidência da Câmara dos Deputados para começar a ser discutido em Comissão Especial. **PROPOSTA:** A proposta estipula que os bancos deverão cobrar juros mais baixos do que os praticados pelo mercado quando emprestarem dinheiro para os pequenos negócios e que deverão simplificar e agilizar o trâmite para a concessão. O texto também prevê a criação das Empresas Simples de Crédito (ESC), que serão empresas que poderão emprestar dinheiro para os pequenos negócios de sua cidade. Além das melhorias para a oferta de crédito, o projeto de lei também propõe a correção automática do teto anual de faturamento das micro e pequenas empresas com base no IPCA e a criação de uma alíquota única de 3,95% de ICMS para as empresas do Simples Nacional. Atualmente, na maioria dos estados, a alíquota cobrada é de 17%. Ainda está previsto no texto redução de 50% dos valores de depósitos recursais das micro e pequenas empresas perante a Justiça do Trabalho e a permissão para que as organizações de sociedade civil possam optar pelo Simples Nacional. Fonte: Diário do Comércio.

## Indicadores Econômicos

**Atividade industrial potiguar cresce após 6 meses de contração.** Os resultados da Sondagem das Indústrias Extrativas e de Transformação do RN, realizada entre os dias 3 e 17 de abril de 2017, mostram que a atividade industrial potiguar se expandiu em março. O indicador de evolução da produção subiu 28,92%, passando de 41,5 para 53,5 pontos, mostrando aumento na produção, comparativamente ao mês anterior. Tanto as pequenas quanto as médias e grandes empresas apontaram aumento na produção entre fevereiro e março, conforme indicadores de 52,6 e 53,8 pontos, respectivamente. O indicador de evolução do número de empregados aumentou 13,04% em março, passando de 41,4 para 46,8 pontos, mas mantém-se abaixo de 50 pontos, mostrando queda no emprego em relação ao mês anterior. Esta tendência é reforçada pelos resultados do CAGED do Ministério do Trabalho, que mostrou o fechamento de 465 vagas de emprego com carteira assinada nas indústrias extrativas e de transformação do RN em março. [Portal da FIERN – Sondagem Indústria do RN](#).

## Interesse Geral da Indústria

### Mercado financeiro espera que inflação feche o ano em 4,04%

O mercado financeiro espera que a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fique em 4,04% este ano. Esta é a sétima redução seguida na projeção, de acordo com a pesquisa semanal do Boletim Focus, do Banco Central (BC), feita junto a instituições financeiras e divulgada às segundas-feiras, em Brasília. A estimativa da semana passada era 4,06%. Com a inflação em queda e a economia em recuperação, a expectativa para a taxa básica de juros (Selic), ao final de 2017, é 8,5% ao ano. Esta também é a projeção para o final de 2018 (8,5% ao ano). Atualmente, a Selic está em 11,25% ao ano. **Reflexos nos preços.** A Selic é um dos instrumentos usados para influenciar a atividade econômica e a inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando o Copom diminui os juros básicos, a tendência é o crédito ficar mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação. A projeção de instituições financeiras para o crescimento da economia (Produto Interno Bruto – PIB, soma de todas as riquezas produzidas pelo país) foi ajustada de 0,40% para 0,43%, em 2017. Para o próximo ano, a projeção continua em 2,5% ao ano. [Portal EBC – Agência Brasil](#).

*“[...]Empresas fortes, mais divididos para a sociedade. Empresas apoiadas, menos problemas para o Estado resolver! A postura esperada, diante do exposto, é a valorização do empreendedorismo, mesmo em meio a tantas notícias ruins que somam diariamente, sobretudo, com foco na micro e pequena empresa. Assim – com a premissa de valorização do empreendedorismo e o apoio às empresas - começará, seguramente, o início de um tempo melhor para o Brasil. [...]”* Amaro Sales de Araújo

## COMPEM discute as Relações de Trabalho na 2ª Reunião Ordinária do ano



A facilitação do acesso ao crédito foi um dos assuntos discutidos na reunião do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (COMPEM), da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Empresários de todo o país entendem que a economia passa por um momento difícil, mas que essa dificuldade vem atrelada à liberação de crédito.

A reunião do conselho foi realizada nesta segunda-feira (24), na sede da CNI, em Brasília.

Para o presidente do COMPEM, que também é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), Amaro Sales, a situação é ainda mais complicada para o micro e pequeno empresário, que normalmente não conhece os procedimentos e não tem pessoal especializado no assunto.

“Por isso estamos discutindo esse assunto no COMPEM. Debater esse tema com as instituições financeiras e a CNI é muito importante porque o acesso ao crédito aquece a economia. Quando falta crédito, a economia se ressentir”, explica.

Sales lembra ainda que muitas empresas estão endividadas, o que causa mais transtornos.

Para tentar ajudar as empresas na busca pelo crédito, o Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC), da CNI, negocia parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e outros bancos em busca de condições diferenciadas para micro e pequenas empresas, como a Caixa Econômica Federal.

O gerente-executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves, ressalta que o NAC ajuda os empresários a reunir a documentação e assim ter uma chance maior de aprovação do crédito. “Nós não liberamos o dinheiro, mas o NAC tem a função de repassar todas as informações para as empresas. Ajudar a empresa a identificar a melhor linha disponível, e assim ter uma percepção de risco melhor”, afirma.

**TERCEIRIZAÇÃO** – A aprovação no Congresso Nacional do projeto que regulamenta a terceirização também foi comemorada pelos empresários. Para a gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena, essa regulamentação busca oferecer segurança jurídica para as empresas e mais proteção para os trabalhadores terceirizados. Sobre a proposta de reforma trabalhista, ela acredita que é preciso modernizar a legislação que é da década de 1940. “É um avanço. Busca equilibrar a proteção do trabalhador com a competitividade das empresas”, finaliza.

Fonte: [Portal do Sistema FIERN](#).